

ASSEMBLEIA FISCALIZA

1º Semestre de 2025

Relatório de Resultados
da Secretaria de Estado
de Planejamento e Gestão
de Minas Gerais (SEPLAG)
e Entidades Vinculadas

PLANEJAMENTO
E GESTÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

ASSEMBLEIA FISCALIZA - 1º Semestre de 2025

Relatório de Resultados da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG) e Entidades Vinculadas

SUMÁRIO

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais	3
1. Ações desempenhadas pelo Subsecretaria de Gestão Estratégica e Reparação	3
2. Ações desempenhadas pela Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito	5
3. Ações desempenhadas pela Intendência da Cidade Administrativa	6
4. Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Compras Públicas	7
5. Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Gestão e Finanças	8
6. Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas	8
7. Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Logística e Patrimônio	10
8. Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	11
9. Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão	12
10. Ações desempenhadas pelo Escritório de Inovação e Automação	13
Entidades Vinculadas	13
1. Ações desempenhadas pela Fundação João Pinheiro	13
2. Ações desempenhadas pelo Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais	15
3. Ações desempenhadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais	16
4. Ações desempenhadas pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais	18

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE MINAS GERAIS

Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Gestão Estratégica e Reparação

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações no âmbito Acordo Judicial de Brumadinho:

- Ordem de início em novos 21 projetos do Acordo Judicial de reparação para os 26 municípios atingidos em 2025, totalizando mais de 150 projetos iniciados desde 2022.
- Repasse de R\$ 238 milhões às prefeituras em 2025 para execução de obras estruturantes (pavimentações, construção/reforma de unidades de saúde, casas populares, prevenção a enchentes, terminal rodoviário, melhorias em estádio, bem como custeio de profissionais de saúde e assistência). Cerca de 2.1 bilhões já repassados desde agosto/23, destes, quase R\$ 800 milhões repassados à prefeitura de Brumadinho).
- 13 projetos concluídos na região atingida, sendo 3 deles em 2025, envolvendo a entrega de maquinários rurais, estruturação de salas de urgência, capacitação em manutenção de estradas rurais, doação de kits feira, entrega de equipamentos de saúde diversos, aquisição de veículos para as frotas municipais, entre outras entregas. Em 2025, foram concluídas em Brumadinho as obras de Requalificação da Praça de Tejuco, o Estacionamento de Ônibus Escolares em Casa Branca, a Revitalização do Mirante do Cruzeiro de Conceição do Itaguá e a Revitalização em Aranha.
- Na Bacia do Paraopeba, destaca-se a conclusão da obra de pavimentação do trecho entre Papagaios e Pompéu, na MG-060. Ao todo 7 trechos rodoviários da região atingida serão pavimentados.
- Consulta Popular para Povos e Comunidades Tradicionais: 20 projetos, contemplando 25 comunidades, de 10 municípios já iniciados. Outros 13 projetos, contemplando 21 comunidades, de 6 municípios estão em detalhamento. Foram realizadas 28 reuniões presenciais de construção participativa e de início dos projetos com as comunidades, entre dez./2024 e mai./2025. Em todo o processo da Consulta Popular, já foram realizadas 110 reuniões presenciais com as comunidades.
- Em relação ao Programa de Segurança Hídrica, destaca-se que no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado para a execução de duas importantes obras que irão aumentar a produção e a resiliência dos sistemas de produção de água na RMBH, tem-se expectativa de publicação de editais das obras do Bloco 2 e do Bloco 3 para ampliação do Sistema Rio Manso ainda no 1º semestre de 2025.
 - O Bloco 1 do Sistema Rio Manso será executado pela Copasa, está com projeto executivo em andamento e tem previsão de início de obra para agosto de 2025.

- A modernização da capacidade de tratamento da Estação de Tratamento - ETA Bela Fama também será executada pela Copasa, está com projeto executivo em andamento e tem previsão de início de obra para o segundo semestre de 2025.
- Em relação às iniciativas de Mobilidade e Fortalecimento dos Serviços Públicos dos municípios mineiros, destaca-se:
 - Conclusão dos serviços de reforma em 17 unidades descentralizadas do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, localizadas nos municípios de: Coromandel, Ibiá, Monte Carmelo, Pirapora, Varginha, Oliveira, Formiga, Alterosa, Itajubá, Ouro Fino, Entre Rios de Minas, Passos, Bambuí, Araxá, Presidente Olegário, Uberaba e São Gonçalo do Sapucaí.
 - Conclusão de 37 trechos rodoviários com obras até maio de 2025 e outros 11 trechos com obras ou projetos de engenharia em execução.

Também foram realizadas as seguintes ações no âmbito Acordo Judicial de Mariana:

- Foi instituído o Comitê Estadual de Minas Gerais, composto por representantes do Governo de Minas Gerais (SEPLAG), Defensoria Pública, Ministério Público do Estado e Ministério Público Federal, para coordenar, acompanhar e alinhar tecnicamente as obrigações de fazer de responsabilidade da governança de Minas Gerais (Anexos 01, 11, 16 e 19 do Acordo). Reuniões às quintas-feiras.
- Formalização do Comitê Orientador, que é a estrutura de governança do Anexo de Saneamento, em conjunto com a União, para definir a aplicação dos R\$ 7,5 bilhões previstos no Acordo para a área de saneamento básico e início das reuniões;
- Instituição da instância de governança do Anexo de Saúde, formada por União, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo e municípios atingidos, com a responsabilidade de orientar a aplicação dos recursos destinados ao fortalecimento do SUS nas regiões impactadas e início das reuniões;
- Realização de quatro visitas ao município de Mariana, com reuniões junto à Prefeitura e às pessoas atingidas, para tratar especialmente de temas relacionados ao Anexo de Mariana e aos reassentamentos;
- Participação em caravanas do Governo Federal nos municípios atingidos, com presença em Mariana (24/04) e Governador Valadares (27/04), reforçando o diálogo com os territórios;
- Adaptação da página do Portal da Seplag para divulgação temporária das ações executadas pelo Estado de Minas Gerais no Acordo, enquanto o Portal definitivo está em desenvolvimento pelo Estado do Espírito Santo.
- Formalização do instrumento de governança, entre Seplag, Seapa e BDMG, para execução dos rendimentos fundo de perpetuidade para Resposta a Enchentes e Recuperação Ambiental e Produtiva das Margens do Rio Doce, no valor de R\$ 750 milhões - assinatura do contrato de mandato, em 31 de março de 2025,

- Publicação, pela Seinfra, do edital de concessão do lote Via Liberdade, em 28 de março de 2025, contemplando a duplicação da BR-356 e melhorias em trechos das MG-262 e MG-329 - investimentos totais de R\$ 6 bilhões, dos quais aproximadamente R\$ 2 bilhões são provenientes do Novo Acordo de Mariana.
- Execução de R\$ 48,7 milhões, pelo DER, em contratos de conservação rotineira da malha viária da Bacia do rio Doce – valor faz parte dos R\$ 391,6 milhões aprovados para o DER ano de 2025 para conservação, pavimentação e reabilitação de estradas.
- Em andamento o detalhamento técnico junto aos órgãos das iniciativas socioambientais e socioeconômicas de Iniciativas Estaduais, bem como da iniciativa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social do Anexo 7, dentre outras.

Ações desempenhadas pela Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- Incorporação de diversos serviços de trânsito pelas Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) e no Portal de Trânsito relacionados à Habilitação, Infrações e Veículos, tais como: solicitação de desbloqueio da CNH por motivo de saúde ou irregularidade, transferência de prontuário de outro estado, indicação do real condutor infrator, cadastro de defesa e recursos de infrações, pesquisa de informações cadastrais do veículo, entre outros. Assim, 31,5% dos serviços de trânsito são hoje acessados de forma virtual. Do total de serviços de trânsito, 75,6% estão digitalizados (nos quais todas as etapas se encontram digitalizadas).
- Novo site oferece melhor navegação em diferentes dispositivos e busca tornar o atendimento digital mais ágil, acessível e centrado nas necessidades do cidadão. <https://transito.mg.gov.br/>
- Simplificação e maior segurança:
 - a) Pix como forma de pagamento para taxas de serviços de trânsito, permitindo compensação instantânea para maior agilidade na solução de demandas.
 - b) Integração com o GOV.BR para acesso aos serviços de trânsito de forma autenticada (login único).
- Desmobilização da DRV Gameleira, que foi iniciada em setembro de 2023. O processo avançou em fases, com destaque para a digitalização de serviços, transferência gradual de atendimento para as UAIs e realocação de equipes especializadas. Atividades encerradas definitivamente em abril de 2025.
- Implantação do Talonário Eletrônico de Infração de Trânsito (AUTUA), para substituir os blocos de papel usados por agentes de trânsito em Minas Gerais, e assim reduzir erros no registro de infrações que oneram condutores indevidamente, além de facilitar ao cidadão acompanhar e recorrer das infrações. 300 agentes já foram capacitados na capital.

- Regularização de repasses financeiros correntes a municípios mineiros e outros estados, e pela primeira vez desde 2008 Minas Gerais passou a reduzir ao invés de crescer o passivo de repasses financeiros a outros órgãos executivos de trânsito municipais e estaduais.
- Inclusão do agendamento online para serviços em clínicas médicas e a renovação da CNH para todo o estado.
- Somente em 2025, 144 leilões foram realizados em todo o estado, com cerca de 15 mil veículos colocados para leilão.
- Digitalização do serviço de solicitação de alvará para liberação de veículos removidos por infrações administrativas eliminando a necessidade do cidadão buscar atendimento presencial antes de se deslocar para o pátio para reaver seu veículo.
- 43 mil transferências concluídas pelo novo fluxo do serviço, que elimina intermediários, dispensa o reconhecimento de firma em cartório e evita deslocamentos, sendo realizado de forma segura por meio de autenticação do cidadão e conferência nas bases estaduais. 34.4 mil somente em 2025.
- Novo Portal Frotista implementado, que reúne em uma única plataforma acesso facilitado a serviços de pessoas jurídicas que possuem grandes frotas.
- Implantação das empresas terceirizadas de vistoria veicular em 98.6% dos municípios mineiros com somente um ano e meio de operação, eliminando a espera para acessar o serviço e ampliando os pontos de atendimento.

Ações desempenhadas pela Intendência da Cidade Administrativa

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- Instalação de rede Wi-Fi 5 GHz para servidores da CA, melhorando o acesso à internet em dispositivos móveis.
- Configuração de solução de inteligência artificial para registro de chamados de suporte técnico e acompanhamentos na Central de Serviços de Tecnologia da Informação.
- Treinamento de 6 (seis) turmas de brigadistas em parceria com o CBMMG.
- Modernização com retrofit da iluminação com eficiência energética.
- Conclusão dos projetos de acessibilidade universal na Cidade Administrativa.
- Adequações das copas e refeitórios da Cidade Administrativa: realização de melhorias na ambientação dos refeitórios, reforma dos armários e aquisição de novos equipamentos.

- Adequação das salas de reunião da Cidade Administrativa: troca e ajuste dos mobiliários, instalação de equipamentos de vídeo conferência, televisores e flipcharts.
- Retomada da parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública visando à alocação de indivíduos privados de liberdade para a manutenção das áreas externas.
- Celebração de parceria com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), com o objetivo de realizar a manutenção e o reparo das áreas verdes e das vias da Cidade Administrativa.
- Monitoramento da população de capivaras com foco no controle populacional da espécie e na consequente redução, a longo prazo, da incidência do carrapato-estrela, vetor da febre maculosa.

Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Compras Públicas

- R\$ 2,9 bilhões em compras centralizadas: valor homologado em compras centralizadas no período de janeiro a abril de 2025.
 - 36 contratos formalizados, sendo 09 contratos corporativos da Rede IP Multisserviços; 27 contratos comuns, dos quais 2 são referentes às áreas centrais da Seplag e 25 estão relacionados à aquisição de tiras e aparelhos glicosímetros.
 - 35 atas de registro de preços gerenciadas, das quais 10 foram formalizadas no período. O total de atas gerenciadas contemplam preços registrados para 1.933 itens de materiais e serviços.
- 68 autorizações emitidas de adesão às atas de registro de preços
- Disponibilização de funcionalidades e melhorias do portal de compras mg de acordo com a lei nº 14.133/2021:
 - a) Licitação eletrônica pelo critério de julgamento técnica e preço para licitações na modalidade concorrência;
 - b) Licitação eletrônica pelo critério de julgamento maior lance para as modalidades pregão e concorrência e para contratação direta por meio da cotação eletrônica de preços (Cotep);
 - c) Diversas melhorias realizadas no Portal de Compras para aumentar a eficiência dos processos e melhorar a usabilidade pelos usuários;
 - d) Manual de Execução de Cota de Registro de Preços disponibilizado no Portal de Compras.
- Oficina Regional Sudeste da Estratégia Nacional de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável realizada em maio/2025, em conjunto com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) com a participação de representantes do estado, municípios, órgãos de controle e sociedade civil.

Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Gestão e Finanças

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- Construção e disponibilização para toda a Secretaria de 2 Painéis BIs, sendo um para o monitoramento do Planejamento Anual de Compras e outro para o acompanhamento dos Contratos, Convênios, TDCOs e PAPs. Estes painéis estão disponíveis para acesso por meio da Carta de Serviços da Subgef. Eles vêm cumprindo com o objetivo de agilizar o acesso às informações relacionadas ao processo de aquisição.
- Inclusão de chatbot na Carta de Serviços para aprimorar o atendimento aos usuários.
- Automatização de novos processos, como o faturamento da MGS.
- Contratações voltadas à manutenção predial de unidades regionais de perícia médica e unidades UAI, e do Edifício Maletta, com foco na melhoria das condições de trabalho dos servidores da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional e no atendimento aos serviços públicos do Estado de Minas Gerais.
- Desenvolvimento do sistema para disponibilização do Censo de Recursos Humanos.
- 18 servidores capacitados, atuantes de 10 unidades administrativas.

Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- A Lei nº 25.245/2025, sancionada pelo Governador do Estado, determinou a concessão de reajuste de 5,26%, com efeitos retroativos a 01/01/2025, sobre os valores de vencimento das carreiras, dos cargos de provimento em comissão e das gratificações de função do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004.

Com a publicação da Portaria MEC nº 77/2025, de 29/01/2025, o valor do piso salarial nacional do magistério da educação básica, instituído pela Lei Federal nº 11.738/2008, passou a ser de R\$2.920,66, considerando a proporcionalidade em relação à carga horária de 24 horas semanais. A aplicação do índice de 5,26% garante a adoção desse valor como vencimento inicial da carreira de Professor de Educação Básica e será aplicado a todas as carreiras da Educação Básica, contemplando servidores ativos, inativos e contratados temporários.

De acordo com Lei 25.245/2025, também foi solucionada a questão relativa aos Auxiliares de Serviços de Educação Básica (ASB) que recebem remuneração inferior a um salário-mínimo. O texto aprovado incorporou emenda que assegura a complementação da remuneração dos ASBs que recebem com base na tabela correspondente a 30 horas semanais, caso os valores da remuneração que integram a base de cálculo da contribuição previdenciária sejam inferiores ao valor integral do salário-mínimo vigente. Em 2026, estima-se que cerca de 38 mil contratados da carreira de ASB serão beneficiados por essa complementação.

Ainda no âmbito da educação, o Governo autorizou a ampliação de carga horária de 20 para 40 horas semanais de até 26 Professores de Educação Superior da UNIMONTES e de até 37 Professores de Educação Superior da UEMG.

- No que se refere aos concursos públicos, as principais entregas reforçam o compromisso do Governo Estadual com as três maiores áreas finalísticas da administração pública, quais sejam: Segurança Pública, Educação e Saúde. Neste sentido, destaca-se a autorização de quase 1200 vagas para o cargo de Policial Penal e, ainda, cerca de 120 novas vagas para o cargo de Técnico Assistente da Polícia Civil, além da nomeação de 227 no sistema socioeducativo.

Estão em andamento os certames destinados ao preenchimento de mais de 16 mil vagas, sendo contempladas, majoritariamente, a Secretaria de Estado de Educação, totalizando quase 14 mil vagas, seguida pela Sejusp, com a abertura de pouco mais de 2000 vagas e pelas Ses com 380 vagas. As demais estão distribuídas entre Unimontes, Hemominas, Uemg, Fundação Clóvis Salgado e Fundação João Pinheiro. O processo contínuo de nomeações, garante o provimento em áreas prioritárias e estratégicas nos quadros do Governo Estadual.

- Com vistas à capacitação de servidores, até o mês de abril foram 4357 servidores certificados, sendo 3424 em cursos livres, 13 em cursos com acompanhamento e 920 nas Trilhas. Acrescem-se a isso, as entregas do Programa Transforma Minas com 03 processos seletivos até abril e 472 nomeações desde 2019. São 411 participantes ativos no Programa de Desenvolvimento de Lideranças – PDL, com ampliação do “PDL – Subsecretários” para o segundo escalão da Administração Indireta e início do “PDL - Gestores de Recursos Humanos”.
- Em reunião realizada em fevereiro de 2025, o estado de Minas Gerais foi reconhecido pelos órgãos federais (Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, INSS e SERPRO) como caso de sucesso no setor público no que diz respeito aos trabalhos de regularização dos envios das informações trabalhistas ao sistema eSocial. O trabalho de regularização liderado pela SEPLAG vem sendo acompanhado conjuntamente por esses órgãos federais, em especial a Receita Federal, desde junho de 2024, por meio de um Plano de Ação de Conformidade.
- A SEPLAG vem atuando desde o saneamento de informações pessoais e funcionais dos servidores em sistema de administração de pessoal até as orientações voltadas para regularização fiscal dos órgãos e entidades nos sistemas da Receita Federal.

- A partir da publicação do Decreto Estadual nº 49.006/2025, foi instituída a ajuda de custo no valor diário de R\$ 50,00 para servidores das forças policiais, não contemplados no Decreto 48.113/2020, que previa o pagamento de ajuda de custo aos demais servidores estaduais. A edição do decreto destinou-se a suprir a lacuna de regulamentação por meio da fixação de normas que estabeleçam critérios e condições mínimos a serem observados para a concessão da ajuda de custo às carreiras que compõem as forças policiais.

Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Logística e Patrimônio

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- Alienação de 143 lotes entre janeiro e abril de 2025, sendo 79 de veículos e 64 de materiais diversos, com arrecadação total de R\$ 2.067.217,00.
- Ateste de 900 pedidos originais na plataforma do Almoxarifado Virtual - AVMG por 38 órgãos e entidades, com um valor faturado total de R\$ 2.298.227,13, sendo R\$ 992.77,54 correspondentes ao orçamento do exercício financeiro de 2025 e o restante ao de 2024. Além disso, 267 itens estiveram disponíveis na prateleira do AVMG no período sob análise.
- Transporte de 6.225 passageiros pela frota da CAMG; recebimento e entrega física de 63.328 documentos pelo protocolo CAMG; digitalização de 122.202 documentos na Ilha de Digitalização CAMG; e entrega de 93.067 documentos e processos físicos ao armazenamento.
- Ampliação da estratégia de “Descarbonização” da atividade do Poder Público de Minas Gerais, substituindo combustível fóssil por renovável, por meio do provimento de etanol, em 7 postos próprios do Estado localizados em Belo Horizonte a partir de janeiro de 2025. Expansão para mais 3 postos em Santa Luzia, Ribeirão das Neves e Contagem em fevereiro; 12 postos no interior do estado em março; e para outros 20 postos em abril, totalizando 42 postos com etanol disponível até o final de abril.
- Disponibilização dos Índices de Ociosidade de Materiais de Consumo e Permanentes via painel de monitoramento desenvolvido no Power BI, para fins de que os órgãos acompanhem os resultados vis-à-vis as metas pactuadas e tenham subsídios para intervir na realidade e reduzir a ociosidade.
- Contratação da empresa para realizar a primeira fase do projeto Mapeamento e Atualização das Propriedades Imóveis do Estado de Minas Gerais (MAPI), que corresponde ao inventário de 950 dos cerca de 11.000 imóveis do Estado, com o valor previsto de aproximadamente R\$ 8,2 milhões.
- Coordenação da Força-Tarefa de 14 profissionais selecionados de diversos órgãos e entidades para vistoriar e avaliar imóveis a serem oferecidos para a União no âmbito do Propag.

- Regularização Imobiliária: A regularização imobiliária contou com um investimento de R\$ 126.367,88 em levantamentos topográficos para regularização dos registros de relevantes imóveis públicos, como exemplo o Hospital João Paulo II e o Aeroporto da Pampulha.
- Gerenciamento de três concessões onerosas ativas com valor mensal agregado mensal de R\$ 25.078,21. O processo licitatório de concessão onerosa para a exploração de atividade mineradora no imóvel “Sítio Casa Grande” em Caeté se encontra em fase avançada, devendo ser publicado em breve.
- Manifestação em 123 projetos de lei de doação de imóveis estaduais, obtendo o total de 29 doações concretizadas no período.

Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- Acompanhamento, assessoria e orientação aos Órgãos do Poder Público, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e Organizações Sociais (OS) nos processos de seleção, celebração, monitoramento, avaliação, aditamento e extinção das Parcerias, com análise de 16 (dezesesseis) requerimentos de Qualificação como Oscip e/ou OS; manifestação técnica em 09 (nove) estudos de viabilidade para execução de políticas públicas por meio de termos de parceria e/ou contratos de gestão; apoio aos Órgãos na elaboração e condução de 08 (oito) editais de seleção pública para celebração de termos de parceria e/ou contratos de gestão; realização de 13 (treze) comissões de avaliação dos resultados das parcerias vigentes; e apoio aos Órgãos e entidades na execução de 04 (quatro) Termos de Parcerias e 11 (onze) Contratos de Gestão.
- Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2026, que define metas e prioridades para o exercício seguinte e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA do Estado de Minas Gerais. Além disso, a norma dispõe sobre critérios de limitação de empenho, reserva de contingência, autorização para aumentos de despesa de pessoal, dentre outros assuntos importantes e estabelece o elo entre o orçamento de médio prazo – PPAG e a LOA.
- Revisão dos valores disponíveis para execução dos órgãos e entidades do Estado, com base na disponibilidade de caixa do Tesouro Estadual, o que ensejou no contingenciamento de despesas do Poder Executivo, no valor de R\$1,1 bilhão.
- Elaboração e entrega do Balanço Social 2024, documento que compõe a prestação de contas anual do governador. Através deste apresenta-se os resultados sociais alcançados no exercício anterior, com base na comparação entre as metas estabelecidas nos Anexos Sociais e a execução dos programas, projetos e ações constantes no Orçamento para alcançá-las.

- Monitoramento do Plurianual de Ação Governamental – PPAG, que constitui o processo contínuo de acompanhamento da implementação dos programas e ações que compõem o Plano Plurianual. É realizado bimestralmente no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – Sigplan.
- Realização do Treinamento do Monitoramento do Sigplan 2025, com participação de aproximadamente 350 pessoas.
- Publicação das bases bimestrais do monitoramento e dos Relatórios Institucionais de Monitoramento (Geral, Social e do Fundo de Erradicação da Miséria).
- Estruturação e encaminhamento para a ALMG dos projetos de lei de crédito especial para criação dos programas e atividades para o Fundo de Desenvolvimento do Ministério Público, Fundo Especial de Garantia de Acesso à Justiça e Fundo Especial da Advocacia-Geral do Estado.

Ações desempenhadas pela Subsecretaria de Transformação Digital e Atendimento ao Cidadão

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- 3 novas Unidades de Atendimento Integrado (UAI) inauguradas em 2025, nos municípios de Uberlândia, Contagem e Inhapim, totalizando 56 UAIs em funcionamento. O total de atendimentos no 1º bimestre foi de 623.837 atendimentos.
- Disponibilização diária de 12 mil vagas diárias para a Carteira de Identificação Nacional - CIN. No início de 2024 eram 5 mil vagas diárias. Em abril de 2025, atingimos a marca de 3 milhões de CIN emitidas em Minas Gerais, sendo o estado brasileiro que mais emite CIN.
- Número de acessos de janeiro a abril de 2025 nos canais digitais do governo de Minas Gerais:
 - a) Portal MG: 10.896.712 acessos.
 - b) MG App cidadão / MG App empresas: 6.347.172 usuários.
 - c) Terminais de autoatendimento: 579.695 acessos.
 - d) LigMinas 155: 565.161 ligações.
- Na fase I do Programa Alô Minas, em 2024, foram implantadas 150 antenas de telefonia celular, beneficiando mais de 110 mil cidadãos. Na fase II, iniciada em 2025, 41 novas localidades foram selecionadas e contatadas em 29 municípios, com previsão de implantação em 2026, atendendo uma população de 28 mil cidadãos.

Ações desempenhadas pelo Escritório de Inovação e Automação

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- Total de 8 projetos realizados, 9 disseminações de inovação realizadas e mais de 230 participações nas ações de disseminação da inovação no período.
- Total de 4 projetos realizados e 9 soluções automatizadas criadas, tornando os processos 9 vezes mais rápidos. 289 servidores inscritos no curso à distância de automatização de processos.

ENTIDADES VINCULADAS

Ações desempenhadas pela Fundação João Pinheiro

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

Monitoramento e avaliação de Programas

- Programa de Concessão da BR-135 (Seinfra): Visa conceder à iniciativa privada a administração e melhoria da BR-135, com o objetivo de modernizar a infraestrutura, aumentar a segurança viária e estimular o desenvolvimento econômico regional.
- Programa de Integração da Gestão em Segurança Pública (Sejusp): Promove a articulação entre instituições de segurança pública para otimizar recursos, melhorar a gestão de dados e fortalecer as ações integradas de prevenção e combate à criminalidade.
- Projeto Mãos Dadas (SEE): Tem como meta transferir gradualmente para os municípios a responsabilidade sobre os anos iniciais do ensino fundamental, visando melhorar a qualidade da educação e garantir o acesso e permanência dos alunos na escola.
- Programa Mineiro de Integração e Regularização Territorial (SEDE): Busca organizar e legalizar áreas urbanas e rurais por meio da regularização fundiária, promovendo a segurança jurídica, o desenvolvimento urbano e o acesso a serviços públicos.
- Módulo Opera Mais (SES): Ferramenta digital que integra e otimiza o gerenciamento de cirurgias eletivas no Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando o acesso e reduzindo filas de espera por procedimentos cirúrgicos.
- Programa de Regularização Ambiental (Sisema): Voltado para a adequação ambiental de imóveis rurais, incentiva a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a recuperação de áreas degradadas, promovendo a sustentabilidade e o cumprimento da legislação ambiental.

- Planejamento estratégico e Gestão de Processos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: o projeto visa desenvolver um Manual de Operações para Unidades de Atendimento Padrão, que servirá como referência para padronização de processos e aprimoramento dos serviços oferecidos, bem como estruturar o Planejamento Estratégico 2025-2027, permitindo que a DPESP defina, com clareza, suas metas e projetos prioritários, criando um ambiente de trabalho mais eficiente e direcionado.
- Reforma administrativa Prefeitura de Sabará: prestação de serviços de assessoria para a reorganização administrativa da Prefeitura de Sabará – MG, que contempla sete produtos: Plano de Trabalho; Reestruturação Organizacional da Administração Pública Direta Municipal; Revisão e Atualização do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores públicos municipais; Minuta de Leis do PCCV; Relatório de Impacto Financeiro e regulamentação da Avaliação de Desempenho e revisão da legislação de cargos comissionados e funções gratificadas:
- Reforma administrativa Prefeitura de Cruzília: projeto de prestação de serviços de assessoria para a reorganização administrativa da Prefeitura de Cruzília – MG, que contempla cinco etapas: Reestruturação Organizacional da Administração Pública Direta Municipal; Revisão e Atualização do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais; Revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores públicos municipais e regulamentação da Avaliação de Desempenho.

Programas de Liderança e Desenvolvimento

- Programa de Desenvolvimento de Lideranças - PDL Subsecretários (75 lideranças); PDL Superintendentes (75 lideranças) e PDL Regionais (212 lideranças) e PDL Recursos Humanos (53 lideranças): os programas de desenvolvimento do Transforma Minas têm como objetivo capacitar continuamente os líderes do Governo de Minas Gerais, fortalecendo competências essenciais para a gestão pública eficiente. Os PDLs trabalham habilidades como foco em resultados, comunicação eficaz e inovação. Além disso, promovem ações de engajamento para melhorar o ambiente de trabalho e alinhar as equipes aos objetivos estratégicos do governo, contribuindo para uma gestão pública mais profissional, moderna e eficaz.
- Programa de Liderança e Gestão (PLG) Hemominas (127 gestores): tem como objetivo desenvolver competências gerenciais e de liderança entre seus gestores, promovendo uma atuação mais estratégica, colaborativa e orientada a resultados no serviço público. A iniciativa busca fortalecer a capacidade institucional, alinhando as ações gerenciais aos objetivos estratégicos da Hemominas e às necessidades dos cidadãos.
- PLG Fapemig (28 gestores): O programa aborda temas como visão sistêmica, foco no cidadão, gestão de pessoas e equipes, inovação, tomada de decisão baseada em dados e gestão da mudança. Por meio de módulos formativos, oficinas práticas e atividades de mentoria, o PLG visa aprimorar a cultura organizacional e a qualidade dos serviços prestados pela Fapemig.

- Lançamento da plataforma FJP Dados: Com previsão de lançamento em 27/05/25, a FJP Dados é a plataforma de dados públicos da Fundação João Pinheiro. Seu objetivo é ampliar e facilitar o acesso a informações estatísticas confiáveis que ajudam a compreender as diferentes realidades dos municípios mineiros e outros territórios. Por meio de visualizações em gráficos, mapas e tabelas, a plataforma permite explorar indicadores que retratam diferentes aspectos sociais, econômicos e ambientais.
- Produto Interno Bruto de Minas Gerais (PIB-MG) de 2024: Em 2024, o Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais atingiu R\$ 1,06 trilhão, representando um crescimento de 3,1% em relação a 2023 e correspondendo a 9% da economia nacional. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelos setores de serviços, com R\$ 593,9 bilhões, e indústria, com R\$ 264 bilhões. Apesar de uma retração anual de 6,1% na agropecuária devido a condições climáticas adversas, o setor apresentou recuperação no último trimestre, com alta de 13,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O estado registrou crescimento econômico em todos os trimestres do ano, destacando-se o quarto trimestre com uma expansão de 4,1% em relação ao mesmo período de 2023.

Ações desempenhadas pelo Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- O Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais (Ipem-MG) realizou de janeiro a abril de 2025 mais de 983 mil ações de fiscalizações e verificações metrológicas e da área da qualidade. Isso significa que os fiscais do Instituto realizaram cerca de 12 mil ações por dia.
- Dentre os principais itens analisados pelo Ipem-MG neste período estão 10.048 bombas medidoras de combustíveis; 1.168 taxímetros; 775 balanças rodoviárias; 745 medidores de velocidade (radares); 127 etilômetros e 2.812 ações de fiscalização na área da avaliação da conformidade.
- O órgão ainda realizou nove operações especiais de janeiro a abril: Aulas Seguras (janeiro); Três operações de combate à fraude eletrônica em bombas medidoras de combustíveis (fevereiro a abril); Ambiente Seguro (março); Dia Mundial da Saúde (abril) e Páscoa (abril). Nessas ações há uma maior intensificação da verificação e fiscalização de produtos e serviços sazonais ou em virtude do maior recebimento de denúncias.
- O Laboratório de Calibração do Ipem-MG, em balança de 1mg a 100kg, e pesos padrão de 1mg a 20kg, foi avaliado sem que fosse encontrada nenhuma Não Conformidade, em março, por representantes da Coordenação-Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE). A avaliação segue os requisitos da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da ISO (*International Organization for Standardization*), ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017.

- No mês de maio, o Ipem-MG ainda lançou o Programa e o Plano de Integridade do órgão. O documento está alinhado à Política Mineira de Promoção da Integridade (PMPI) e traz ações que buscam promover princípios éticos, eficiência dos serviços prestados à sociedade e aprimorar os controles internos.

Ações desempenhadas pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- Das entregas do Ipsemg no período de janeiro a abril de 2025, destaca-se a publicação da Lei Estadual nº 25.143/2025, em 08 de janeiro, que prevê o aumento na arrecadação aproximada de R\$ 585 milhões no exercício. Esse recurso será utilizado para ampliar e qualificar o acesso à saúde dos beneficiários. Além dos objetivos financeiros, a nova Lei permitiu a simplificação das regras de acesso aos serviços de saúde oferecidos pelo instituto, permitindo que as solicitações de inclusão e exclusão fossem feitas nas unidades do Ipsemg.
- A nova lei autorizou a inclusão dos aposentados do INSS, ex-contratados do Estado, que perderam direito a assistência pelo motivo da aposentadoria. De março a maio foram recebidos 1.798 requerimentos, dos quais 152 processos foram deferidos e 41 indeferidos. O prazo máximo de análise é de 45 dias.
- Nesse sentido, em 18 de fevereiro foram publicados quatro editais para o credenciamento de novos prestadores de serviços nas áreas ambulatorial, laboratorial odontológica e hospitalar, vigentes em todas as regiões do Estado de Minas Gerais. Neste primeiro ciclo de credenciamento do edital foram recebidas 416 inscrições. Após a análise documental foram habilitados 41 hospitais, 150 serviços ambulatoriais, 49 laboratórios e 15 prestadores odontológicos. Em 2024 a rede contratada teve uma despesa total de R\$ 850 milhões. Em 2025, cerca de R\$ 224 milhões serão destinados diretamente à ampliação da rede contratada – um crescimento de 26% em relação ao ano anterior, somando uma despesa total esperada de R\$1.070 bilhão.
- Para garantir o interesse dos prestadores, em conjunto com os editais foi publicada a Portaria nº 8/2025, que regulamenta a nova Tabela da Rede Contratada, com reajuste nos valores de remuneração de mais de 1.550 serviços, com destaque para o aumento no valor nas consultas de R\$50,00 para R\$80,00, o aumento de 100% no valor nos itens de maior demanda nos exames endoscópicos, o aumento de até 145% em itens de maior demanda em OPMEs e medicamentos especiais, o aumento de 30% nas diárias de internação, 50% de aumento no valor dos atendimentos realizados via pronto socorro, 25% em serviços de terapia oncológica, 20% a 40% em mais de 1.100 itens de procedimentos cirúrgicos e invasivos, entre outros.

Como parte das entregas do Planejamento Estratégico 2023/2026, destacamos as seguintes realizações:

- Foi lançado, em abril, o novo Sistema de Cadastro de Beneficiários (SICAD), com as adequações nas funcionalidades para atender às exigências da nova Lei 25.143/2025, coerente com o objetivo estratégico de atualizar e integrar sistemas de informações para melhorar o desempenho das equipes.
- Buscando investir continuamente em modernização e manutenção da infraestrutura, o Ipsemg:
 - Concluiu as reformas das Unidades Regionais de Ubá (fevereiro) e Contagem (março), unidades que possuem atendimento ambulatorial.
 - Executou 18,59% das obras de reforma da Ala B, no Hospital Governador Israel Pinheiro, com entrega ainda no primeiro semestre do décimo terceiro andar, e previsão de conclusão total da obra para 2026.
 - Modernizou as caldeiras do hospital, que passaram a utilizar gás natural, aumentando a eficiência energética e reduzindo a emissão de poluentes.
- Em conjunto com a Seplag foram estabelecidas métricas de dimensionamento da força de trabalho voltada para a assistência na rede própria.
- Foi fortalecido o processo de cadastro das aposentadorias pagas pelo Estado com averbação de tempo do INSS para compensação previdenciária.
- Foi inaugurada a Sala Pró-Amamentação às mães trabalhadoras do Instituto, um ambiente seguro, confortável e privado para amamentar ou extrair leite materno, com o objetivo de promover um clima organizacional saudável e positivo.
- Foi iniciado o processo de diagnóstico para implantação do sistema de custos que permitirá ao Ipsemg gerenciar os recursos provenientes da arrecadação das contribuições, potencializando o uso dos recursos de forma eficiente e eficaz.
- Em parceria com os Poderes do Estado, em abril, teve início o Censo do RPPS dos segurados ativos e aposentados dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça Militar, tendo sido recenseados até o mês de maio 2.384 servidores inativos e 6.876 servidores ativos.
- Ainda, no período de janeiro a abril, foram auditados 41 benefícios previdenciários, cujos cancelamentos geraram uma economia acumulada de R\$ 282.525,73 e uma economia mensal de R\$ 141.927,82.

Ações desempenhadas pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais

Durante o período, foram realizadas as seguintes ações:

- A principal entrega da Prodemge no primeiro semestre de 2025 foi a expansão do Data Lake MG, solução concebida e desenvolvida pela companhia que tem como objetivo centralizar o armazenamento e gerenciamento de dados de sistemas, democratizar o acesso a estatísticas, e alavancar a gestão orientada a dados no Governo de Minas. Por meio dela, os órgãos têm autonomia para gerar painéis de indicadores e desempenho que contribuem para análise de informações e a tomada de decisão. Nos últimos meses, foram incluídos na plataforma bases de dados do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) e da Secretaria de Estado de Saúde (SES).
- A importância do Data Lake MG para o Estado se materializou com a publicação do decreto nº 49.009/2025. O documento instituiu o Data Lake MG como repositório central de dados do Poder Executivo e criou o Comitê Gestor de Governança de Dados do Estado de Minas Gerais, com a participação da companhia.
- Na área de meio ambiente, a Prodemge entregou novas funcionalidades do Sistema de Gestão de Barragens (Sigibar), da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam). Elas aprimoram o processo de monitoramento de barragens no estado, ao facilitar o credenciamento ou descredenciamento dos auditores, que agora conseguem ter acesso a informações mais completas do cadastro da barragem e mais precisão na análise das informações. Outra novidade envolve a inserção e visualização de documentos resultantes dos fluxos de auditoria independente e periódica previstos na Política Estadual de Segurança de Barragens.
- Na área de segurança pública, a Prodemge atuou na expansão do projeto Emergência MG, que permite acionar as forças de segurança por meio de chat na internet e enviar fotos, vídeos e localização. Com isso, o serviço agora está disponível para os 853 municípios mineiros e alcança os mais de 20 milhões de habitantes do estado. São três formas de acesso: por meio do site www.emergencia.mg.gov.br, pelo aplicativo do Governo de Minas (MGapp) e pelo Telegram (buscando na lupa de busca por Emergência MG).
- Nos últimos três meses, o projeto realizou média mensal de 9.641 chamadas por meio do atendimento virtual - a maior parte (96%) teve origem no MGapp -, sendo que na maioria delas (97,4%) o cidadão conseguiu concluir seu chamado pela própria ferramenta e o restante (aproximadamente, 240 chamados por mês) foi direcionado para um agente da força de segurança.

- Para a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), a Prodemge concluiu o projeto Procedimento de Polícia Judiciária Eletrônico (PPJ-e), conhecido como “inquérito sem papel”. Com isso, todas as delegacias de polícia e comarcas do Judiciário no estado estão integradas – a interoperacionalidade alcança também o Ministério Público – e todos os novos procedimentos (inquéritos, prisões em flagrante, pedidos de medidas protetivas, termos circunstanciados de ocorrência e procedimentos infracionais) instaurados estão tramitando de forma totalmente on-line. O objetivo do PPJ-e é gerar mais celeridade e segurança nos processos de tramitação, garantidas por meio do uso de certificado digital para assinatura eletrônica dos documentos, além de economia de recursos.
- Outra importante entrega para a PCMG é o projeto Carta Precatória Nacional, que tornou eletrônico (por meio do PCnet, principal sistema da PCMG) o processo de solicitação de diligências às polícias civis de outros estados.
- Na área de saúde e previdência, a plataforma censo.ipsemg.mg.gov.br, desenvolvida pela Prodemge, está sendo utilizada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg) para realizar o Censo Cadastral Previdenciário 2025 – Outros Poderes. A iniciativa estratégica é voltada à atualização dos dados cadastrais e funcionais dos segurados ativos e aposentados vinculados à Assembleia Legislativa (ALMG), ao Tribunal de Justiça (TJMG), ao Ministério Público (MPMG), ao Tribunal de Contas (TCMG), à Defensoria Pública (DPMG) e ao Tribunal de Justiça Militar (TJM-MG).
- O Ipsemg também já está utilizando o seu novo Sistema de Cadastro de Beneficiários (Sicad), uma aplicação web desenvolvida pela Prodemge. Ele representa um avanço importante na modernização da gestão de informações cadastrais do instituto e oferece maior segurança, precisão e agilidade no tratamento dos dados dos beneficiários. Sua implementação já comporta as novas regras de assistência à saúde do Instituto (lei nº 25.143/2025), visando aprimorar a qualidade do atendimento aos servidores públicos e seus dependentes.
- Já a Secretaria de Estado de Saúde (SES) implantou, no início do ano, uma solução que reduziu etapas de solicitação e aplicação de imunobiológicos para pessoas de condições clínicas especiais – de seis meses, esse processo passou a ocorrer em apenas um. O novo formulário eletrônico foi criado na ferramenta de automatização de processos da Prodemge, o ProBPMS, e, além de diminuir significativamente o tempo de solicitação e aplicação, tornou o processo mais transparente, aumentou a autonomia dos municípios (que fazem as solicitações diretamente aos centros de referência para imunobiológicos especiais da secretaria) e possibilitou uma melhor gestão de dados pela SES.
- Na área de educação, a Prodemge implantou o Sistema de Documentos Digitais (eDoc), uma plataforma integrada ao serviço Conecta Gov.br que permite a assinatura digital de documentos escolares. Além de modernizar processos, o eDoc facilita o acesso a documentos para estudantes e seus responsáveis e elimina a necessidade de deslocamento físico às escolas da rede estadual.

- Outra solução é o Sistema de Autorizações (Siaut), que automatiza todo o processo de solicitação de cargos temporários nas escolas públicas e privadas do estado, desde o requerimento até a emissão dos documentos. Entre os benefícios, vale citar: agilidade para os requerentes, eliminação da necessidade de se deslocar até uma superintendência regional de ensino, e aumento da eficiência do processo, que se tornou também menos burocrático.
- Destaca-se também a implantação do Quadro de Alocação de Pessoal (QAP), que modernizou os processos de distribuição de professores nas turmas e o levantamento de necessidades de contratação e, com isso, refina a busca e distribuição de vagas em escolas de todo o estado. Junto com o Siaut, ele representa um salto de organização, qualidade e transparência na contratação de profissionais da Educação.
- Por fim, buscando expandir e agilizar o atendimento aos atuais e potenciais clientes da companhia que procuram soluções para acelerar a transformação digital e promover melhorias significativas nas políticas de governo digital destinadas aos cidadãos, a Prodemge abriu um Chamamento Público, na modalidade Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). O edital foi voltado a parceria com empresas de base tecnológica e startups, e as 35 que se inscreveram estão agora sendo selecionadas por uma comissão interna a partir de critérios técnicos, de mercado, estratégicos e da sinergia entre projetos.

ÊNFASES 2025

1º semestre

PLANEJAMENTO
E GESTÃO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Sumário

1. Planejamento e coordenação da formulação, da execução e da avaliação das políticas públicas de gestão de pessoas, com ênfase na política de recomposição salarial dos servidores e militares do Estado.	3
2. Esclarecimento sobre o cronograma de pagamento das verbas retidas destinadas aos servidores públicos do Estado, especificando os valores pendentes, os motivos da retenção e as medidas adotadas para a regularização.....	4
3. Indicadores de desempenho e mecanismos de monitoramento adotados para acompanhar a execução das ações previstas no novo acordo de reparação de Mariana.	5
4. Medidas executadas pelo Estado para cumprimento das obrigações do Acordo Judicial para a Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.....	6
5. Áreas que sofreram cortes pelo decreto de contingenciamento do Poder Executivo e o impacto desses cortes para a sociedade.....	8
6. Gestão do serviço de vistoria veicular com foco nos problemas enfrentados pelas ECV's.....	9
7. Política de absorção das funções do antigo DETRAN pela CET.	10

Planejamento e coordenação da formulação, da execução e da avaliação das políticas públicas de gestão de pessoas, com ênfase na política de recomposição salarial dos servidores e militares do Estado.

No primeiro semestre de 2025, o Governo do Estado implementou medidas voltadas à valorização dos servidores e militares, mesmo diante de um cenário de severas restrições fiscais. Neste sentido, a publicação da Lei nº 25.245, de 16 de maio de 2025, representa um importante avanço ao conceder reajuste de 5,26% às carreiras da Educação Básica, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025, adequando-se ao valor vigente do piso salarial nacional do magistério, proporcional à jornada de 24 horas semanais, e assegurando o pagamento do salário-mínimo aos Auxiliares de Serviços da Educação Básica. Complementarmente, o Decreto nº 49.006, de 12 de março de 2025, instituiu a concessão de ajuda de custo para alimentação aos policiais civis e militares, bombeiros militares e servidores da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) lotados em Unidades Prisionais, Socioeducativas e no Comando de Operações Especiais, no valor de R\$ 50,00 por dia trabalhado.

A concessão de uma revisão geral da remuneração permanece inviável no exercício corrente, em razão do contexto de crise fiscal, das limitações orçamentárias e das restrições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, além das condições exigidas para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

A viabilidade de novos reajustes dependerá de análise rigorosa da capacidade financeira do Estado, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Propag, que redefine parâmetros para a negociação da dívida estadual com a União. É importante frisar que a responsabilidade na gestão das contas públicas é imprescindível para assegurar o cumprimento das obrigações já assumidas pelo Estado, que abrangem o pagamento dos salários em dia, a concessão de progressões e promoções nas carreiras, as atualizações dos valores de adicionais e gratificações, as nomeações e contratações para reposição de

vacâncias, dentre outras medidas que, independentemente de novas concessões, impactam no crescimento vegetativo da folha do funcionalismo público estadual.

Esclarecimento sobre o cronograma de pagamento das verbas retidas destinadas aos servidores públicos do Estado, especificando os valores pendentes, os motivos da retenção e as medidas adotadas para a regularização.

Informamos que a comprovada crise financeira enfrentada pelo Estado de Minas Gerais, impôs dentre outras restrições (a partir de 2015) o não pagamento de diversos compromissos, inclusive valores retroativos lançados em folha de pagamento.

O Governo tem se empenhado em melhorar as contas públicas. Prova disso é que foi possível regularizar o cronograma da folha de pagamento dos servidores. Desde agosto de 2021, os servidores passaram a receber no quinto dia útil. Além disso, mais de R\$ 1 bilhão de férias prêmio foram quitadas para servidores aposentados.

Nesse sentido, o Governo reafirma o compromisso em realizar essa quitação até o final de 2026, mas ainda não é possível estabelecer um cronograma de pagamento.

Tão logo haja fluxo de caixa disponível para o pagamento dessas verbas retidas, o cronograma será anunciado.

Indicadores de desempenho e mecanismos de monitoramento adotados para acompanhar a execução das ações previstas no novo acordo de reparação de Mariana.

No primeiro semestre de 2025, o Governo de Minas Gerais reforçou sua estrutura institucional com a formalização, por meio da Lei nº 25.235/2025, da Superintendência Central de Reparação do Rio Doce, como parte integrante da estrutura da Seplag. Essa medida assegura a centralização da coordenação e o fortalecimento da gestão das ações reparatórias.

São realizadas reuniões trimestrais junto ao Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), no qual todos os Compromitentes do Acordo, União e Estados de Minas e Espírito Santo, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas e Empresas poluidoras, apresentam os relatórios de monitoramento da execução do acordo, contendo as ações realizadas. O TRF6, por sua vez, encaminha semestralmente ao Supremo Tribunal Federal (STF) um relatório consolidado sobre o andamento da execução do Acordo;

Foi instituído o Comitê do Estado de Minas Gerais (CEMG), composto por representantes do Executivo Estadual, do Ministério Público Federal e Estadual e da Defensoria Pública de Minas Gerais, conforme previsto no acordo, com reuniões semanais, nas quais são monitoradas em detalhe as obrigações de fazer atribuídas às Empresas, sob a governança de Minas Gerais previstas nos Anexos 01 (Mariana e Reassentamentos), 11 (Infraestrutura Impactada), 16 (Plano de Recuperação Ambiental) e 19 (Transição) do Acordo;

Foram realizadas as contratações de auditorias independentes para verificar a execução das medidas ambientais e socioeconômicas, e uma específica para o reassentamento em Mariana. Essas auditorias terão um papel tanto consultivo, auxiliando o CEMG na análise técnica das entregas, quanto fiscalizador, avaliando o cumprimento efetivo das obrigações de fazer do Acordo;

Houve a criação, dentro do classificador econômico da despesa do Estado, da fonte de recursos específica “Fonte 80 - Recursos do acordo de repactuação do Rio Doce”, o que aprimora e facilita o rastreamento das receitas provenientes do Acordo e possibilita maior transparência à execução;

Ainda no que se refere à fiscalização financeira dos recursos, importante ressaltar que todos os órgãos do estado prestam contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) em que apresentam detalhamento de suas execuções físicas e financeiras. Além disso, o TCE-MG tem feito controle ativo das informações referentes às ações desenvolvidas no Acordo de Repactuação, com solicitações periódicas de relatórios ao Governo do estado de Minas Gerais.

Quanto aos mecanismos de Comunicação e Transparência, está sendo adaptada e alimentada uma página do Governo de Minas, de forma temporária até que o Portal Único do Acordo do Rio Doce seja desenvolvido, atividade esta que ficou a cargo do Governo do Espírito Santo pelo Acordo. O objetivo da página será dar acesso à população aos documentos do Acordo, bem como à Cartilha explicativa elaborada pela equipe e ao andamento das ações implementadas pelo Estado para efetivação das ações previstas no Acordo.

Medidas executadas pelo Estado para cumprimento das obrigações do Acordo Judicial para a Reparação Integral e Definitiva relativa ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana.

As ações empreendidas pelo Estado, coordenadas pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) e conduzidas pela Superintendência Central de Reparação do Rio Doce, demonstram um esforço contínuo para garantir a efetividade e a celeridade na execução do Acordo Judicial, conforme relação a seguir:

- Foi instituído o Comitê Estadual de Minas Gerais, composto por representantes do Governo de Minas Gerais (SEPLAG), Defensoria Pública, Ministério Público do Estado e Ministério Público Federal, para coordenar, acompanhar e alinhar tecnicamente as obrigações de fazer de responsabilidade da governança de Minas Gerais (Anexos 01, 11, 16 e 19 do Acordo). Reuniões às quintas-feiras.

- Formalização do Comitê Orientador, que é a estrutura de governança do Anexo de Saneamento, em conjunto com a União, para definir a aplicação dos R\$ 7,5 bilhões previstos no Acordo para a área de saneamento básico e início das reuniões;
- Instituição da instância de governança do Anexo de Saúde, formada por União, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo e municípios atingidos, com a responsabilidade de orientar a aplicação dos recursos destinados ao fortalecimento do SUS nas regiões impactadas e início das reuniões;
- Realização de quatro visitas ao município de Mariana, com reuniões junto à Prefeitura e às pessoas atingidas, para tratar especialmente de temas relacionados ao Anexo de Mariana e aos reassentamentos;
- Participação em caravanas do Governo Federal nos municípios atingidos, com presença em Mariana (24/04) e Governador Valadares (27/04), reforçando o diálogo com os territórios;
- Adaptação da página do Portal da Seplag para divulgação temporária das ações executadas pelo Estado de Minas Gerais no Acordo, enquanto o Portal definitivo está em desenvolvimento pelo Estado do Espírito Santo.
- Formalização do instrumento de governança, entre Seplag, Seapa e BDMG, para execução dos rendimentos fundo de perpetuidade para Resposta a Enchentes e Recuperação Ambiental e Produtiva das Margens do Rio Doce, no valor de R\$ 750 milhões - assinatura do contrato de mandato, em 31 de março de 2025,

- Publicação, pela Seinfra, do edital de concessão do lote Via Liberdade, em 28 de março de 2025, contemplando a duplicação da BR-356 e melhorias em trechos das MG-262 e MG-329 - investimentos totais de R\$ 6 bilhões, dos quais aproximadamente R\$ 2 bilhões são provenientes do Novo Acordo de Mariana.
- Execução de R\$ 48,7 milhões, pelo DER, em contratos de conservação rotineira da malha viária da Bacia do rio Doce – valor faz parte dos R\$ 391,6 milhões aprovados para o DER ano de 2025 para conservação, pavimentação e reabilitação de estradas.
- Em andamento o detalhamento técnico junto aos órgãos das iniciativas socioambientais e socioeconômicas de Iniciativas Estaduais, bem como da iniciativa de Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social do Anexo 7, dentre outras.

Áreas que sofreram cortes pelo decreto de contingenciamento do Poder Executivo e o impacto desses cortes para a sociedade.

Segue tabela com o contingenciamento das despesas:

SETOR	Contingenciamento
Infraestrutura	599.829.527
Governo	153.933.230
Segurança	116.872.637
Planejamento	83.943.940
Meio Ambiente	56.502.701
Fazenda	50.430.182
Demais setores	70.489.842
TOTAL	1.132.002.059

Gestão do serviço de vistoria veicular com foco nos problemas enfrentados pelas ECV's.

As melhorias no processo de implementação das Empresas Credenciadas de Vistoria (ECVs) são:

Solicitações relacionadas a reavaliação da sistemática de designação de vistorias em municípios sem ECVs, celeridade no credenciamento de empresas de vistoria e no processo de alteração de vistoriadores, quantitativo de vistorias distribuídas (expectativa de demanda maior do que a realidade).

Portaria de regras para o credenciamento de ECVs (publicada em outubro de 2023 e início da operação em dezembro de 2023), após 1 ano e 4 meses de operação, temos 1.683 empresas credenciadas em 450 municípios, atendendo a 98,6% dos municípios mineiros. 3.502.519 laudos foram emitidos e 6.838 vistoriadores estão envolvidos na atividade (dados de 09/05). Apenas em 2025, mais de 5,6 mil pesquisas de satisfação sobre o serviço aplicadas, com resultado de 92% de avaliações positivas.

Após realização de audiência pública em 03/04 o credenciamento de novas ECVs em municípios que já possuem empresas credenciadas e os pedidos de ampliação da capacidade de atendimento das ECVs foi suspenso temporariamente por 180 dias.

Um grupo de estudos está sendo conduzido pela CET/SEPLAG com a participação de representantes das ECVs de forma a avaliar os processos necessários para o aprimoramento da prestação do serviço de vistoria.

Política de absorção das funções do antigo DETRAN pela CET.

Até maio de 2025, 718 policiais foram liberados, correspondendo a 54,3% do total de policiais envolvidos em atividades administrativas de trânsito, quando iniciada a transição do DETRAN para a SEPLAG MG. O número foi alcançado pela mudança de processos, digitalização de etapas e ampliação do uso de credenciados em atos preparatórios aos serviços prestados pelo Estado. Houve incorporação de diversos serviços de trânsito pelas Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) e no Portal de Trânsito relacionados à Habilitação, Infrações e Veículos, tais como: solicitação de desbloqueio da CNH por motivo de saúde ou irregularidade, transferência de prontuário de outro estado, indicação do real condutor infrator, cadastro de defesa e recursos de infrações, pesquisa de informações cadastrais do veículo, entre outros. Assim, 31.5% dos serviços de trânsito são hoje acessados de forma virtual. Do total de serviços de trânsito, 75,6% estão digitalizados (nos quais todas as etapas se encontram digitalizadas). Destaca-se a digitalização do serviço de solicitação de alvará para liberação de veículos removidos por infrações administrativas eliminando a necessidade do cidadão buscar atendimento presencial antes de se deslocar para o pátio para reaver seu veículo.

Ademais, foram 43 mil transferências (34,4 mil apenas em 2025) concluídas pelo novo fluxo do serviço, que elimina intermediários, dispensa o reconhecimento de firma em cartório e evita deslocamentos, sendo realizado de forma segura por meio de autenticação do cidadão e conferência nas bases estaduais.